MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Comissão Jurisdiccional dos Bens das Extintas Congregações Religiosas

DECRETO N.º 1:073

Sob proposta dos Ministros da Justiça e do Interior, e nos termos dos decretos de 8 de Outubro e 31 de Dezembro de 1910: hei por bem decretar que o edificio do extinto Colégio das Ursulinas, em Coimbra, cedido, por decreto de 23 de Agosto de 1911, ao Ministério do Interior, para instalação dum colégio de meninas, volte à posse do Ministério da Justiça, por não haver sido pelo referido Ministério do Interior aplicado ao fim especial para que fôra cedido.

Até que applicação ulterior lhe seja dada, o Colégio das Ursulinas ficará de novo sob a guarda e administração da Comissão Jurisdiccional dos Bens das Extintas Congregações Religiosas.

Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 20 de Novembro de 1914.—*Manuel de Arriaga = Bernardino Machado = Eduardo Augusto de Sousa Monteiro.*

MINISTÉRIO DA MARINHA

Repartição do Gabinete

Rectificação

No artigo 4.º do decreto n.º 1:060, de 18 de Novembro de 1914, publicado no *Diário do Governo* n.º 216, 1.ª série, de 18 do corrente, onde se lê: «14 de Julho de 1913», deve ler-se: «14 de Junho de 1913».

Repartição do Gabinete, em 19 de Novembro de 1914.—O Chefe do Gabinete, interino, *José Vicente Lopes*, segundo tenente.

Majoria General da Armada

1.ª Repartição

3.ª Secção

Rectificação

O decreto n.º 1:061 publicado a p. 1225 do *Diário do Governo* n.º 216, 1.ª série, de 18 do corrente mês, é da Majoria General da Armada e não da Repartição do Gabinete, como foi publicado.

Majoria General da Armada, em 19 de Novembro de 1914.—No impedimento do Major General da Armada, *Alberto António da Silveira Moreno*, capitão de fragata.

6.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Publica

DECRETO N.º 1:074

Reconhecendo-se ser ainda insufficiente o crédito extraordinário de 100.000\$, decretado em 22 de Agosto findo, ao abrigo da lei n.º 275 do Congresso da República, para reforçar a dotação inscrita no capítulo 5.º, artigo 22.º, da tabela da despesa de marinha de 1914-1915, destinada à compra de carvão, visto continuarem as mesmas circunstâncias que deram origem à abertura do referido crédito extraordinário: hei por bem, tendo ouvido o Conselho de Ministros, é sob proposta do Ministro da Marinha, decretar que seja aberto no Ministério das Finanças, a favor daquele Ministério, um novo crédito extraordinário da quantia de 100.000\$, com applicação à compra de combustível e despesas consequentes, devendo essa importância reforçar a respectiva epígrafe do capítulo 5.º, artigo 22.º, da tabela de marinha, em vigor.

O presente decreto será registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública, e anotado no Conselho Superior da Administração Financeira do Estado.

Dado nos Paços do Governo da República, em 11 e

publicado em 20 de Novembro de 1914.—*Manuel de Arriaga = Bernardino Machado = Eduardo Augusto de Sousa Monteiro = António dos Santos Lucas = António Júlio da Costa Pereira de Eça = Augusto Eduardo Neuparth = A. Freire de Andrade = João Maria de Almeida Lima = Alfredo Augusto Lisboa de Lima = José de Matos Sobral Cid.*

MINISTÉRIO DO FOMENTO

8.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

DECRETO N.º 1:075

Sob proposta do Ministro do Fomento e com fundamento no artigo 9.º da lei n.º 244, publicada em 16 de Julho último, usando da faculdade que ao Governo conferem o n.º 1.º do artigo 34.º da lei de 9 de Setembro de 1908 e o artigo 4.º da lei de 29 de Abril de 1913; guardadas as prescrições do § 3.º do citado artigo 34.º e as do artigo 1.º do decreto n.º 2 de 15 de Dezembro de 1894; e tendo ouvido o Conselho de Ministros: hei por bem decretar que seja aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério do Fomento e devidamente registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública, um crédito especial da quantia de 768\$, destinado à satisfação dos encargos resultantes de contratos a celebrar nos termos do referido artigo 9.º da lei n.º 244, devendo este crédito ser consignado no artigo 62.º, capítulo 5.º, do orçamento das despesas do segundo dos mencionados Ministérios para o ano económico de 1914-1915 e descrito no respectivo desenvolvimento pela seguinte forma:

Artigo 62.º Pessoal contratado:

1 Gravador, contratado nos termos do artigo 9.º da lei n.º 244, de 16 de Julho de 1914, a 40\$ mensais . . .	480\$
1 Aspirante a gravador, contratado nos termos do mesmo artigo, a 24\$ mensais	288\$
	768\$

Pela abertura deste crédito fica anulada igual quantia no artigo 12.º, capítulo 2.º «Pessoal na disponibilidade e em serviço», na verba de 4.354\$45, inscrita no desenvolvimento do Orçamento sob a rubrica «Diversos serviços».

O Conselho Superior da Administração Financeira do Estado visou a minuta deste decreto, em 6 do corrente mês.

O Presidente do Ministério e Ministro do Interior e os Ministros das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Dado nos Paços do Governo da República, em 14 e publicado em 20 de Novembro de 1914.—*Manuel de Arriaga = Bernardino Machado = Eduardo Augusto de Sousa Monteiro = António dos Santos Lucas = António Júlio da Costa Pereira de Eça = Augusto Eduardo Neuparth = A. Freire de Andrade = João Maria de Almeida Lima = Alfredo Augusto Lisboa de Lima = José de Matos Sobral Cid.*

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral das Colónias

5.ª Repartição

1.ª Secção

DECRETO N.º 1:076

A actual organização militar do ultramar, aprovada por decreto de 14 de Novembro de 1901, baseia o re-

crutamento dos officiaes para o desempenho de serviço militar nas colónias, no pòsto de acesso, com preterição dos officiaes do exército metropolitano, que para tal se não hajam oferecido, segundo determinadas regras e prescrições.

A já longa experiência de doze anos tem mostrado, porém, que o recrutamento dos officiaes, exclusivamente feito nos termos indicados, tem graves inconvenientes, pois que leva ao ultramar muitos officiaes que para tal se oferecem para, não sendo preteridos, manterem os seus lugares nas escalas de acesso, regressando immediatamente à metrópole logo que completam o seu tempo de permanência ali.

Exige, por outro lado, o desenvolvimento e progresso das colónias uma selecção cuidada por parte de todos os funcionários, quer militares, quer civis, que ali vão prestar serviço, e ainda que o desempenho dêse serviço seja feito por indivíduos que, possuindo as qualidades e aptidão exigidas, para tal se ofereçam voluntariamente, por desejar cooperar nessa vasta obra de colonização e não apenas com a mira de não serem prejudicados no seu futuro.

Nestes termos, mostrando igualmente a experiência que muitos officiaes que desejam ir prestar, no mesmo pòsto, serviço militar nas colónias, não podem satisfazer os seus desejos por a isso se opor a doutrina do decreto de 14 de Novembro de 1901; e, sendo necessário obviar a um tal estado de cousas, e ainda impedir a mudança constante de officiaes nos serviços militares, fixando-os, pelo contrário, nos cargos que exerçam:

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Colónias, com fundamento na lei n.º 275 de 3 de Agosto último, e tendo ouvido o Conselho de Ministros, decretar o seguinte:

Artigo 1.º As comissões ordinárias de serviço militar no ultramar, a que se refere o artigo 4.º da organização militar do ultramar, aprovada por decreto de 14 de Novembro de 1901, serão desempenhadas, em primeiro lugar, pelos officiaes do exército da metrópole, no mesmo pòsto, que para tal hajam requerido, e em segundo lugar pelos officiaes do mesmo exército, com o pòsto de acesso, que ali vão servir segundo as disposições do mesmo decreto.

Art. 2.º Os officiaes do exército da metrópole que desejarem servir no ultramar, no mesmo pòsto, quer no desempenho de comissões ordinárias de serviço militar, quer no de comissões de que trata o artigo 17.º do decreto de 14 de Novembro de 1901, deverão satisfazer às seguintes condições, indispensáveis para a nomeação do serviço colonial:

- 1.ª Robustez suficiente atestada pelas juntas hospitalares de inspecção;
- 2.ª Boas informações dos comandantes das unidades ou chefes de serviços sob cujas ordens servirem;
- 3.ª Bom comportamento militar;
- 4.ª Não deverem atingir o pòsto immediato durante o período obrigatório de serviço colonial, com excepção dos alferces, segundo a média das promoções dos últimos dez anos, salvo se a requisição do Ministério das Colónias expressamente declarar que o official poderá, depois de promovido, completar na respectiva provincia o seu período obrigatório de serviço;

5.ª Não deverem, durante o período de serviço colonial, ser chamados à metrópole para prestar as provas especiais de aptidão para o pòsto immediato, segundo a média da promoção dos últimos dez anos, salvo se o official declarar sujeitar-se ao pagamento das cotas de passagem e ajuda de custo relativas ao número de meses que faltarem para o termo da comissão, quando chamado a tirocínio, se não preferir adiar o referido tirocínio, o que terá de declarar na ocasião em que for chamado, ficando neste último caso obrigado a completar a sua

obrigação de serviço no ultramar, sendo-lhe applicável a doutrina do § 2.º do presente artigo relativamente à garantia do seu lugar na escala, quando seja promovido, não podendo o adiamento do referido tirocínio exceder o período de dois anos.

§ 1.º Se, porém, tendo-se atendido à condição 4.ª do presente artigo, couber ao official a promoção ao pòsto immediato, antes de terminar o período obrigatório de serviço, e nas provincias ultramarinas não houver vaga que no mesmo pòsto elle possa preencher, será o official mandado regressar à metrópole, sem dever indemnização alguma à Fazenda.

§ 2.º Quando os capitães em serviço no ultramar, apesar de se haver atendido ao disposto na primeira parte da condição 5.ª do presente artigo, forem chamados a prestar as provas especiais de aptidão para o pòsto immediato, antes de terminarem o seu período obrigatório de serviço e declararem desejar adiar o referido tirocínio até o prazo de dois anos, poderão continuar no ultramar, sem prejuizo do seu lugar na escala de acesso, o qual virão ocupar logo que prestem as provas exigidas e sejam promovidos.

Art. 3.º São condições de preferéncia para a admissão dos officiaes do exército que, nos termos do artigo 2.º, desejarem servir no ultramar, no mesmo pòsto, no desempenho de comissões ordinárias de serviço militar:

- 1.ª Mais tempo de serviço colonial;
- 2.ª Curso da respectiva arma ou serviço;
- 3.ª Curso colonial ou qualquer curso superior;
- 4.ª Maior antiguidade militar.

Art. 4.º Os officiaes do exército que desejarem servir, no mesmo pòsto, no ultramar, no desempenho de comissão ordinária, assim o deverão requerer, sendo os requerimentos enviados directamente ao Ministério das Colónias pelas diferentes estações de que os officiaes estejam dependentes, e acompanhados das respectivas notas de assentos onde os comandantes ou chefes prestarão as devidas informações.

§ 1.º Tomando por base as datas de entrada no Ministério das Colónias, dos requerimentos dos officiaes oferecidos para o serviço do ultramar nos termos do presente artigo, formular-se hão na 5.ª Repartição da Direcção Geral das Colónias, por armas e serviços, listas de inscrição dos mesmos officiaes, tendo em atenção a 2.ª e 3.ª condições indispensáveis de oferecimento de que trata o artigo 2.º e as de preferéncia marcadas no artigo 3.º

§ 2.º A condição de robustez a que se refere o n.º 1.º do artigo 2.º e as dos n.ºs 2.º, 3.º, 4.º e 5.º do mesmo artigo, serão, porém, verificadas pelo Ministério da Guerra na ocasião em que se deva proceder à nomeação dos officiaes para o serviço colonial após a requisição do Ministério das Colónias.

§ 3.º Aos officiaes do exército já em serviço no ultramar que desejarem continuar ali no desempenho de comissão ordinária, em conformidade com o disposto no artigo 2.º, e que satisfaçam às condições indispensáveis prescritas no mesmo artigo, ser-lhes há concedido a permanência no serviço colonial pelos governadores das respectivas provincias, a quem deverão dirigir os seus requerimentos.

Art. 5.º Aos officiaes que se ofereçam para o serviço colonial será permitido:

- a) O oferecimento para serviço numa ou mais colónias que serão indicadas por ordem de preferéncia;
- b) A desistência em qualquer ocasião antes da apresentação às juntas hospitalares de inspecção.

Art. 6.º As vacaturas que forem ocorrendo nas comissões de que trata o artigo 4.º do decreto de 14 de Novembro de 1901 serão preenchidas pelos officiaes oferecidos nos termos do artigo 2.º, conforme a classe, arma ou serviço em que ocorrer a vaga, e segundo a ordem de

inscrição nas listas a que se refere o artigo 4.º, devendo ser escolhidos para o desempenho das comissões, para as quais se não designe arma ou serviço, os oficiais de maior antiguidade da respectiva classe.

Art. 7.º A nomeação dos oficiais do exército para o desempenho de comissões extraordinárias de serviço no ultramar, nos termos do artigo 17.º do decreto de 14 de Novembro de 1901, continuará a ser feita, como até o presente, mediante requisição nominal dos governadores das províncias ultramarinas desde que satisfaçam às condições indispensáveis exigidas no artigo 2.º e ainda à de não poderem vir à metrópole durante o prazo de dois anos para satisfazer a alguma das condições de promoção, ficando sujeitos à preterição que por tal facto lhes possa advir.

§ único. Os oficiais, que assim o desejem, poderão requerer para servir no ultramar em comissão extraordinária, sendo os seus requerimentos dirigidos aos governadores das províncias ultramarinas em que pretendam ser colocados, a fim de que por estes possam ser consideradas as suas pretensões.

Art. 8.º Os oficiais que no mesmo posto forem servir no ultramar, nos termos do artigo 2.º, ficarão obrigados a servir ali durante dois anos contados desde a data do desembarque na provincia a que se destina até o dia de embarque de regresso à metrópole exclusive, e terão além dos direitos e deveres consignados no presente decreto os prescritos na legislação em vigor para os oficiais a quem se refere o artigo 17.º do decreto de 14 de Novembro de 1901, não revogados por este decreto.

Art. 9.º Antes de completarem metade de um período obrigatório de serviço colonial, não poderão os oficiais desistir de ali continuar, salvo o caso da Junta de Saúde ser de opinião que pode perigar a sua vida.

Art. 10.º Os oficiais que, tendo completado metade do período obrigatório de serviço colonial, desistam de continuar no ultramar, indemnizarão a Fazenda da cota parte do preço duma passagem e ajuda de custo, que houverem recebido, relativa ao número de meses que faltarem para terminar o referido período. Para este efeito as cotas de passagem e ajuda de custo a pagar pelo official, serão calculadas pelas seguintes fórmulas: Para a passagem, $Q = p - \frac{p}{n} t$, sendo P a importância duma passagem, metade do número de meses do período obrigatório do serviço colonial e t o número de meses completos que o official tenha servido, além da metade do mesmo período; para a ajuda de custo, $Q = A - \frac{A}{n} t$, sendo A a ajuda de custo recebida, n o número de meses do período obrigatório de serviço colonial e t o número de meses completos que o official serviu no ultramar.

§ 1.º Se, porém, regressando à metrópole antes ou depois de completar metade do período obrigatório de serviço colonial por opinião da Junta de Saúde, por perigar a sua vida, em consequência de ferimentos, desastre ou acidente ocorrido no desempenho dos deveres militares, ou ainda por doença contraída no desempenho dos mesmos deveres, devidamente comprovada, o official desistir de continuar a servir no ultramar, não terá de satisfazer a indemnização à Fazenda, a que se refere o presente artigo.

§ 2.º Os officials que, tendo desistido de continuar no serviço do ultramar, regressarem à metrópole antes de concluírem metade do período obrigatório do serviço colonial, por perigar a sua vida, e não se encontrarem nalguma das condições mencionadas no parágrafo anterior, indemnizarão a Fazenda da cota parte do preço das passagens e ajudas de custo que houverem recebido, sendo as importâncias das passagens calculadas pela fórmula $Q = P - \frac{P}{n} t$, em que P é o preço das passagens de ida e volta, n o número de meses do período obrigatório do serviço colonial e t o número de meses que o official per-

maneceu no ultramar. As importâncias das ajudas de custo são deduzidas pela fórmula respectiva do presente artigo.

§ 3.º O pagamento da cota de passagem e ajuda de custo, quando devido, será feito em descontos mensais nos termos da legislação em vigor.

Art. 11.º Os officials do exército que forem servir no ultramar nos termos do artigo 2.º só tem direito à passagem para a metrópole por motivo de doença de que possa resultar perigo de vida quando tenham completado metade do período obrigatório de serviço colonial.

Art. 12.º Quando os officials do exército antes do período fixado no artigo anterior tiverem vindo à metrópole em consequência das juntas de saúde provinciais terem emitido o parecer de que, pela permanência dos referidos officials na provincia onde se encontram, poderia perigar a sua vida, e a doença houver sido resultante de ferimento, desastre ou acidente ocorridos no desempenho dos deveres militares ou doença adquirida no cumprimento dos mesmos deveres, devidamente comprovada, as viagens de ida e regresso serão pagas pelo Estado.

§ único. Se, perigando a vida, os officials vierem à metrópole e não se encontrarem nas condições expressas no presente artigo, ser-lhes hão concedidas as passagens de vinda e regresso, por adiantamento que terão de satisfazer pela décima parte do soldo.

Art. 13.º O tempo de serviço prestado no ultramar pelos officials do exército da metrópole, no desempenho das comissões designadas no artigo 4.º do decreto de 14 de Novembro de 1901, é contado para efeito de promoção ao posto imediato como feito nos corpos das armas ou serviços a que pertencerem, sendo dispensados, enquanto ali permanecerem, das escolas de recrutas e de repetição a que forem obrigados para aquele fim.

§ 1.º Se após o seu regresso à metrópole lhes couber a promoção ao posto imediato, antes de terem podido satisfazer àquelas condições de promoção, serão delas dispensados, contanto que imediatamente à sua apresentação no Ministério das Colónias os officials solicitem desde logo a sua colocação nas tropas das respectivas armas ou nos estabelecimentos militares da especialidade.

§ 2.º Os officials que, havendo regressado do ultramar, não tenham feito o curso de tiro, ou quaisquer outros exigidos para a promoção ao posto imediato, não serão prejudicados no acesso, devendo cumprir essa condição, nos termos da legislação em vigor, sómente aqueles que regressem no mesmo posto.

Art. 14.º As vacaturas ocorridas nos quadros das diferentes armas e serviços do exército metropolitano e nos da armada, pela passagem ao serviço do ultramar e ao das companhias privilegiadas de officials do exército e armada, não serão preenchidas pela promoção dos individuos dos postos imediatamente inferiores, reservando-se aquelas vacaturas dentro dum período de seis meses para os officials regressados das colónias.

§ 1.º Quando da requisição e colocação dos officials, a que se refere o presente artigo, não resulte regresso à metrópole de officials de igual patente à dos requisitados, o Ministério das Colónias assim o comunicará ao Ministério da Guerra ou da Mariuha na ocasião da requisição, para o efeito do imediato preenchimento das vagas produzidas pela saída do quadro dos officials requisitados.

§ 2.º Continuam em vigor para a marinha colonial as disposições do decreto de 10 de Julho de 1912.

§ 3.º Quando ao regressarem à metrópole os officials do exército e da armada não tenham vacatura para entrarem nos respectivos quadros, serão desde logo mandados apresentar no Ministério da Guerra ou da Mariuha, sendo os seus vencimentos de soldo e gratificação pagos pelo Ministério das Colónias até a sua entrada nos referidos quadros.

§ 4.º Aos officials do exército e da armada, já regres-

sados do ultramar e que se encontram, os primeiros adidos ao depósito de praças do ultramar, e os segundos à Direcção Geral das Colónias, aguardando a sua entrada nos respectivos quadros, ser-lhes há aplicada desde já a doutrina do parágrafo anterior.

Art. 15.º Os oficiais do exército da metrópole, em serviço no ultramar, poderão deixar na metrópole às suas famílias uma pensão não superior à importância do respectivo soldo que será paga pelo Ministério das Colónias.

Art. 16.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Presidente do Ministério e Ministro do Interior e os Ministros das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 20 de Novembro de 1914. = *Manuel de Arriaga* = *Bernardino Machado* = *Eduardo Augusto de Sousa Monteiro* = *António dos Santos Lucas* = *António Júlio da Costa Pereira de Eça* = *Augusto Eduardo Neuparth* = *A. Freire de Andrade* = *João Maria de Almeida Lima* = *Alfredo Augusto Lisboa de Lima* = *José de Matos Sobral Cid*.

MINISTÉRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Repartição de Instrução Universitária

DECRETO N.º 1:077

Tendo a Junta Administrativa da Universidade de Coimbra pedido autorização para o levantamento dum empréstimo da Caixa Geral de Depósitos e Instituições de Previdência, destinado a obras nos edifícios da Universidade;

Atendendo a que a Universidade de Coimbra pode, sem prejuízo das despesas ordinárias do ensino, satisfazer os encargos correspondentes a êsse empréstimo;

Considerando que há grande vantagem para o ensino em que nos edifícios em construção se instalem, com a possível brevidade, os serviços a que são destinados;

Tendo em vista o disposto no artigo 39.º do decreto de 19 de Agosto de 1911;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta do Ministro de Instrução Pública, decretar o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Universidade de Coimbra a levantar da Caixa Geral de Depósitos e Instituições de Previdência um empréstimo, até a quantia de 60.000\$, para obras nos edifícios pertencentes à mesma Universidade.

Art. 2.º O juro do empréstimo não poderá ser superior a 5 1/2 por cento ao ano, e o capital será amortizado dentro do prazo máximo de vinte anos.

Art. 3.º Os encargos de juro e amortização serão pagos pela metade do produto das propinas de inscrição, sendo considerados encargos da Universidade.

Art. 4.º Para garantia do empréstimo será consignada da dotação do Estado à Universidade, estabelecida no Orçamento Geral do Estado, a quantia que fôr necessária para os referidos encargos de juro e amortização.

Art. 5.º Competirá ao Senado Universitário a distribuição pelos edifícios da Universidade do empréstimo e a especificação das obras a que êste deve ser destinado.

O Ministro de Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 20 de Novembro de 1914. = *Manuel de Arriaga* = *José de Matos Sobral Cid*.

Repartição de Instrução Artística

DECRETO N.º 1:078

Atendendo ao que me representou a gerência da Sociedade Artística do Teatro Nacional «Almeida Garrett»; Considerando a evidente crise e a anormalidade com que se apresenta a actual época teatral:

Convindo fazer colaborar na exploração artística do Teatro Nacional elementos de reconhecido mérito, mas, estranhos à sociedade dêsse teatro, tornando possível a renovação do seu repertório e permitindo à administração do teatro dispensar, em determinadas circunstâncias e transitóriamente, os artistas societários de que não careça:

Ouvido, nos termos da lei, o comissário do Governo, junto do teatro;

Hei por bem, sob proposta do Ministro de Instrução Pública, decretar o seguinte:

Artigo 1.º É o Governo autorizado a permitir no Teatro Nacional «Almeida Garrett», sob parecer favorável do comissário do Governo, junto do mesmo teatro, a representação de artistas estranhos aos seus quadros.

Art. 2.º Durante a época de 1914-1915 o Ministro de Instrução Pública, ouvido o comissário do Governo, junto do Teatro Nacional «Almeida Garrett», poderá permitir que quaisquer societários, à seu requerimento, e sob proposta do gerente, sejam transitóriamente dispensados de serviço do teatro, podendo nesse caso, e só nele, tomar parte em outros espectáculos em teatros de Lisboa ou Pôrto.

§ 1.º Êstes períodos de licença não serão contados para efeitos de reforma ou aposentação dos societários.

§ 2.º As licenças a conceder não deverão exceder o período de trinta dias, e não poderão dela aproveitar-se, de cada vez, mais de dois societários.

Art. 3.º Fica o comissário do Governo autorizado a permitir ao gerente do teatro o aluguer de scenários, mobiliário e pertences de scena, guarda-roupa e mais material necessário à exhibição das peças, acautelados que sejam os interesses do Estado.

O Ministro de Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 20 de Novembro de 1914. = *Manuel de Arriaga* = *José de Matos Sobral Cid*.